

SÃO JOÃO DEL-REI: INSERÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Vivian Prado Pereira – Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO-UFJF).

Eder Jurandir Carneiro – Professor titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João del-Rei (DECIS-UFSJ).

RESUMO: O trabalho apresenta as linhas gerais da trajetória econômica do município de São João del-Rei, Minas Gerais, e busca caracterizar as especificidades de sua inserção na mesorregião mineira em que se localiza, assim como os traços principais de sua situação econômica presente. Enfatizam-se os papéis desempenhados pelas elites econômicas sanjoanenses nos esforços de promoção da dinamização das atividades de acumulação locais, em diferentes contextos históricos, principalmente nas iniciativas recentes de empreendedorismo urbano que visaram a inserir a cidade nos circuitos nacional e internacional de turismo.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade média, economia mineira; planejamento urbano e regional

ÁREA TEMÁTICA: POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO REGIONAL E URBANO

FINANCIAMENTO: Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG (2017-2021)

1. A formação histórica e econômica de São João del-Rei

As origens de São João del-Rei remontam ao final do século XVII derivam diretamente do movimento de busca por ouro nas Minas Gerais. Em 1713, o Arraial de São João del-Rei é alçado à categoria de vila e, em 1838, assume a condição de cidade (GRAÇA FILHO, 2002). De tradição agrícola e pastoril, sua história é marcada por diferentes etapas de desenvolvimento econômico. Ainda no final do século XVII se constituiu como passagem de viajantes, dada sua localização privilegiada, situando-se entre São Paulo, Vila Rica (atual Ouro Preto) e São Sebastião (hoje, Rio de Janeiro). No século XVIII, entrou na rota de busca por ouro. Mesmo com a queda gradativa da produção aurífera a partir da segunda metade século XVIII, São João del-Rei, diferentemente do que ocorreu com outras cidades mineiras do período, mostrava diversificação de suas atividades econômicas, consolidando-se como importante entreposto comercial, tendo a Província do Rio de Janeiro como seu principal mercado consumidor, o que a levou ao posto de cidade mineira mais rica, na primeira metade do século XIX. Ao contrário do que supunham as interpretações historiográficas tradicionais, o declínio da exploração aurífera não trouxe letargia econômica à província. O relativo isolamento geográfico de Minas, reforçado pela precariedade das condições de transporte, permitiu um certo desenvolvimento econômico endógeno, instaurando-se, desse modo, uma “divisão interregional do trabalho” (CARNEIRO, 2003), baseada na constituição de manufaturas artesanais de têxteis e de ferro, e numa consistente agropecuária mercantil de subsistência (LIBBY, 1988).

São João del-Rei estabelecia relações de intermediação dentro e fora da província de Minas Gerais, promovendo o fluxo de mercadorias entre produtores da Comarca do Rio das Mortes, e também de outras regiões da província, para o mercado do Rio de Janeiro. Conseguiu, desse modo, consolidar uma elite comercial-financeira que, inicialmente ligada à produção de gêneros agropecuários de abastecimento, foi, nas últimas décadas do século XIX, propulsora do processo de industrialização da região (GRAÇA FILHO, 2002).

Em busca de dinamizar a economia local, parte dessa burguesia sanjoanense, passa a empregar capital acumulado - principalmente por meio de suas intensa atividade de comércio, criação de gado e agricultura -, passa a promover uma industrialização assentada em setores tradicionais, ligados às atividades de fiação, produção de têxteis, móveis, bebidas, calçados, artefatos de couro, laticínios, sabão etc.

São João del-Rei viveu, então, na primeira metade do século XX, uma exitosa industrialização, principalmente na área têxtil, chegando a ser considerada como polo industrial regional. O crescimento dessas indústrias representou um processo inicial de substituição de importações e, fez-se, em parte, em virtude da estreita conexão de Minas com as economias paulista e fluminense. Entretanto, a expansão das rodovias que contribuiu para o aprofundamento da conexão Minas-São Paulo, proporcionando a entrada de gêneros paulistas no estado, foi também responsável por reduzir a competitividade dos produtos têxteis e alimentícios mineiros nos mercados locais (CARNEIRO, 2003). Interessa observar que o processo de industrialização precoce de São João del-Rei decorreu, em extensa medida, de iniciativas empresariais locais, sem que houvesse participação do Estado, quer como partícipe nos investimentos, quer no papel de estimulador do desenvolvimento regional. Esse quadro contrasta fortemente com aquele em que se desenvolveu a “segunda industrialização” mineira, em que desempenhou papel fundamental a articulação política das elites econômicas envolvidas e seu estreito entrelaçamento com técnicos e administradores que passam a ocupar cargos de direção nos governos estadual e federal.

Interessava a essas elites superar a relação de “dependência neocolonial” estabelecida com Rio de Janeiro e São Paulo, na qual Minas Gerais seguia enviando

matéria-prima a preços baixos, comprando de volta alimentos processados e bens industriais de alto valor (CARNEIRO, 2003). E era precisamente nessa relação que se inscrevia, de forma funcional, o modelo de industrialização que se desenvolvera em São João del-Rei nas primeiras décadas do século XX.

A segunda industrialização em Minas teve que se fazer, portanto, por meio da mobilização de elites políticas nacionais e, principalmente, locais, com vistas à atração de investimentos estrangeiros (LINS, 1997, p. 589), dada a fragilidade da burguesia industrial mineira (DINIZ, 2002, p. 23-24; DULCI, 2002, p. 47). Objetivava-se fazer do capital do estado o centro dinâmico de um esforço industrializante centrado na exploração das reservas de minérios de alto teor, principalmente de ferro e manganês, para o que fez-se necessária a atuação do Estado na implementação de ações de planejamento e implementação das condições necessárias à atração e desenvolvimento do capital, principalmente internacional, com a criação de um sistema de crédito estatal, agência públicas de planejamento e apoio técnico, adequação das condições de transporte rodoviário e fornecimento eficiente de energia elétrica (CARNEIRO, 2003).

Para ser exitosa, a empreitada de industrializar Minas Gerais requeria das elites dirigentes mineiras um trabalho persistente de articulação política interna, que, simultaneamente, contemplasse satisfatoriamente a multiplicidade de interesses divergentes e, desse modo, possibilitasse a essas elites disputar o “projeto siderúrgico nacional” (DULCI, 1999; DULCI, 2002), ou seja, fazer de Minas Gerais o centro do esforço industrializante estadonovista - encetado pelo governo federal e assentado nas indústrias de transformação de base - contrapondo-se às elites de outros estados, principalmente, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Conquanto, no início da década de 1940, tenham perdido importante batalha no processo de decisão sobre a localização da Companhia Siderúrgica Nacional, designada para o Vale do Paraíba, as elites mineiras, favorecidas pelo ciclo de expansão fordista da economia mundial, lograram forjar um novo papel para a economia de Minas Gerais no contexto da modernização recuperadora brasileira, que então se desenvolvia sob a etiqueta do “nacional-desenvolvimentismo”¹, a saber, a função estratégica de produtora de bens intermediários ligados ao complexo minero-siderúrgico, cuja sede se desenvolve em Minas.

Já em 1941, é lançado o projeto da Cidade Industrial de Contagem e, em 1942, é constituída, com capital federal, a Companhia Vale do Rio Doce, que passa a operar no estado promovendo a exportação de volumes crescentes de minério de ferro e estimulando a vinda de empresas do setor sidero-metalúrgico para a região central de Minas Gerais, a exemplo da Aços Especiais Itabira (ACESITA), que se instala no município de Timóteo, em 1944, formando-se o embrião do que hoje é conhecido como o “Vale do Aço” (LINS, 1997: 590). Essa primeira onda de industrialização recuperadora concentrou-se, como de praxe, no setor de bens intermediários (principalmente aços e cimento), que se tornam os mais importantes da produção industrial do estado, substituindo os tradicionais têxteis e agroindustriais, cuja participação no produto industrial mineiro cai de 70%, em 1949, para 32%, em 1969 (BARBOSA, 1979: 455-457). Com Juscelino Kubitschek (1951-1955), maciços investimentos serão feitos para o provimento da energia elétrica ao esforço

¹ A fórmula do nacional-desenvolvimentismo revestiu-se, em suas variedades históricas, de um caráter de “modernização recuperadora” (KURZ, 1996), isto é, a busca da formação, acelerada, forçada e traumática, em “território nacional”, de economias regionais capazes de abrigar e controlar importantes grupos de capital que possam capturar vultosas somas do excedente produzido na economia-mundo. Essa estratégia envolve, via de regra, alguma forma de “desenvolvimento associado”, o que implica a formação de coalizões políticas que abrigam, em graus variáveis, capitais nacionais, capitais internacionais e a forte intervenção do Estado como indutor e orientador do processo, de acordo com os fins estratégicos.

industrializante, como a criação da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), em 1952, e das hidrelétricas de Furnas e Três Marias, em 1956, (CARNEIRO, 2003).

Não obstante, o projeto mineiro de industrialização e acumulação acelerada só deslancharia, sem dúvida, a partir de finais dos anos 1960, estendendo-se até fins da década de 1970. Nesse período, ocorre para o estado um grande número de empresas de capital estrangeiro, notadamente aquelas vinculadas ao setor minero-siderúrgico. O crescimento econômico acelerado conhecido como “nova industrialização mineira”, que se estendeu de 1970 a 1977, levou Minas a aumentar sua “participação no PIB nacional de 8,1%, em 1971, para 11%, em 1980” (DINIZ, 2002, p. 31). A taxa média anual de crescimento do período (16,4%) foi mais que duas vezes maior que aquela que se verificou na década anterior (6,9%) (DINIZ, 1981, p. 225 *apud* OLIVEIRA, 1995, p. 70).

Essa nova etapa do processo de industrialização tardia praticada em Minas alinhava-se diretamente ao modelo de modernização recuperadora e acelerada executado, em âmbito nacional, pela ditadura civil-militar (1964-1985), que privilegiava a abertura ao grande capital estrangeiro. Isso levou à diversificação e ao incremento da competitividade da indústria instalada em Minas Gerais, que passa a produzir, também, bens de produção ligados à metalurgia e minero-siderurgia básicas e bens de consumo duráveis a elas diretamente ligados, tais como automóveis, tratores e itens do setor eletromecânico. A estratégia de industrialização adotada trouxe, igualmente, uma forte concentração de capital, com a oligopolização de alguns setores e grande concentração de indústrias no entorno da capital: além do efetivo desenvolvimento da Cidade Industrial de Contagem, criaram-se importantes distritos industriais em cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte, tais como Betim, Nova Lima, Vespasiano e Santa Luzia.

Pode-se dizer que efeitos desse esforço orquestrado de industrialização da região central do estado sobrepujaram-se às tendências estruturais do processo de acumulação de capital, no que tange à promoção do “desenvolvimento geográfico desigual” (HARVEY, 2005-a), acentuando sobremaneira o avanço das disparidades regionais². De uma maneira geral, as regiões que, no período pós-1970, experimentaram crescimento negativo ou muito lento, são aquelas baseadas em indústrias tradicionais e ligadas a mercados locais ou de áreas decadentes (como a economia fluminense, por exemplo) (FIGUEIREDO e DINIZ, 2000, p. 50-51). Essas regiões encontram dificuldades cada vez maiores para realizar uma arrancada de recuperação industrializadora (DINIZ, 1981). Tal é o caso da mesorregião mineira do Campo das Vertentes e, em particular, de São João del-Rei. Fora do raio de atuação dos empreendimentos voltados ou ligados à mineração e à siderurgia, a mesorregião do Campo das Vertentes não conseguiu se inserir também em outros planos econômicos promovidos no período, como, por exemplo, a ocupação dos cerrados pelas monoculturas de exportação. Desse modo, a partir do final dos anos 60, acompanhando a trajetória de estagnação econômica vivenciada nas Vertentes, São João del-Rei se vê deslocada de seu papel de cidade-polo industrial para cidade-polo de serviços, atraindo contingentes de emigrantes da zona rural e da área urbana de pequenos municípios próximos, processo que, além de caracterizar o município como um centro regional, fomentou ampliação da desigualdade urbana no município com a abertura de novas fronteiras periféricas.

² “A experiência teórica e empírica demonstra que o crescimento industrial faz-se através de polos ou áreas industriais... e que o processo de retornos crescentes... reforça o processo de concentração industrial. Portanto, não se pode esperar um desenvolvimento industrial regionalmente equilibrado” (FIGUEIREDO e DINIZ, 2000: 64).

2. São João del-Rei: inserção regional e situação econômica recente

São João del-Rei, de acordo com os levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentava, em 2020, uma população estimada em 90.497 habitantes³. O município situa-se na mesorregião *Campo das Vertentes*, que conta com 36 municípios, uma população total de cerca de 550 mil pessoas e é dividida em três microrregiões: Barbacena, Lavras e São João del-Rei⁴.

Mapa 1 – Mesorregião Campo das Vertentes



Fonte: portaldemapas.ibge.gov.br

São João del-Rei é considerada, por parte significativa dos pesquisadores que desenvolvem estudos sobre a hierarquia das cidades e a dinâmica da rede urbana brasileira, como uma cidade que cumpre funções de centralidade, apresentando uma rede de relações significativa com os demais municípios da micro e mesorregião e com a metrópole/capital.

Cota e Diório (2012) identificam o município como uma cidade pequeno-média. Isso porque o tamanho demográfico da cidade não chega ao limite estabelecido por um estudo desenvolvido por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2001⁵, que compreende como cidades médias aqueles municípios com população entre 100 e 500 mil habitantes. As autoras apontam ainda, em outro momento, que os termos “intermédia/intermediária” também parecem ser adequados para adjetivar a cidade (COTA e DIÓRIO, 2014). A noção de cidade “intermédia” apontaria, de maneira mais efetiva, para o caráter transitório de sua função na rede urbana, a depender das dinâmicas que se desenvolvem nas escalas espacial e temporal.

³ Dados extraídos do site do IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-joao-del-rei/panorama>. Acesso em 20/05/2020.

⁴ A microrregião de São João del-Rei conta com 15 municípios, a de Barbacena com 12 e a de Lavras com 9. Idem.

⁵ ANDRADE, T.A.; SERRA, R.V. Cidades Médias Brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

Uma característica do Campo das Vertentes, assim como das mesorregiões vizinhas, situadas na porção centro-sul do estado (Sul/Sudoeste, Zona da Mata, Oeste e Metropolitana de Belo Horizonte), é o grande número de pequenas e médias cidades que elas comportam⁶. O número de municípios dessas cinco mesorregiões corresponde a pouco mais da metade da soma de todos os municípios das 12 mesorregiões de Minas Gerais (473 do total de 853 cidades do estado). Consiste, portanto, numa porção do estado pulverizada por cidades de pequeno e médio porte, municípios que estabelecem entre si uma dinâmica de relações socioeconômicas peculiar.

O desempenho econômico regional do Campo das Vertentes responde, em grande medida, às funções assumidas pelas cidades identificadas como médias, seja como centralidade e referência local, pelas relações que estabelecem nacional e internacionalmente e, também, pela concorrência que essas “centralidades”, movidas por interesses político-econômicos, estabelecem entre si.

De acordo com o estudo do IBGE intitulado estudo *Regiões de Influência das Cidades* (REGIC)⁷, cuja versão mais recente, denominada “REGIC 2018”, foi publicada em 2020, São João del-Rei, pela REGIC 2018, se encontra no terceiro nível hierárquico de cidades, sendo classificada como “Centro Sub-regional A”. As cidades inseridas nessa categoria apresentam menor porte populacional, com média nacional de 85 mil habitantes, caracterizam-se por desenvolver atividades de gestão menos complexas (tanto empresariais, quanto públicas), constituindo, portanto, áreas de influência de menor extensão. Os pesquisadores indicam que, para a análise e classificação, faz-se necessário ter em conta, para além dos elementos centrais do cálculo da hierarquia, também o cenário geral das possíveis alterações, bem como elementos que estão diretamente relacionados ao perfil das cidades, como Produto Interno Bruto (PIB) e tamanho da população (IBGE, 2020).

A última versão da REGIC promoveu uma atualização da unidade urbana sobre a qual realiza as análises. Além dos municípios, foi incorporada a categoria “Arranjos Populacionais (AP)”, que consiste no agrupamento de dois ou mais municípios. A inserção dessa nova categoria se justifica pelo fato de a unidade funcional “cidade”, muitas vezes ser composta não apenas por um, mas por vários municípios, que se mostram indissociáveis como unidade urbana (IBGE, p. 11, 2020).

A REGIC 2018 identificou três Arranjos Populacionais (AP) na mesorregião Campo das Vertentes: AP Barbacena, comportando 3 municípios; AP Lavras, contendo 4 municípios e AP São João del-Rei, com 4 municípios. A pesquisa de 2018 consolidou São João del-Rei como uma cidade de mesmo nível de influência (local e regional) de Lavras e Barbacena. É razoável afirmar que São João del-Rei vem conseguindo se consolidar nos últimos dez anos tanto em seu papel de comando em atividades de gestão, como em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras cidades.

Como veremos adiante, São João del-Rei vem, desde meados dos anos 2000, se esforçando para se consolidar no mercado turístico de cidades, voltado, principalmente, para a valorização de seu patrimônio histórico e cultural. Entretanto, é importante frisar, que o AP São João del-Rei é composto por 4 municípios, sendo um deles Tiradentes. Possivelmente, essa colocação no *ranking* se dá pela significativa atuação de Tiradentes

⁶ Exclui-se, aqui, a capital Belo Horizonte e os municípios que compõem a região metropolitana (RMBH), pois entende-se que eles conformam uma situação peculiar de metrópole, não cabendo, portanto, considerá-los no debate que se pretende sobre pequenas e médias cidades.

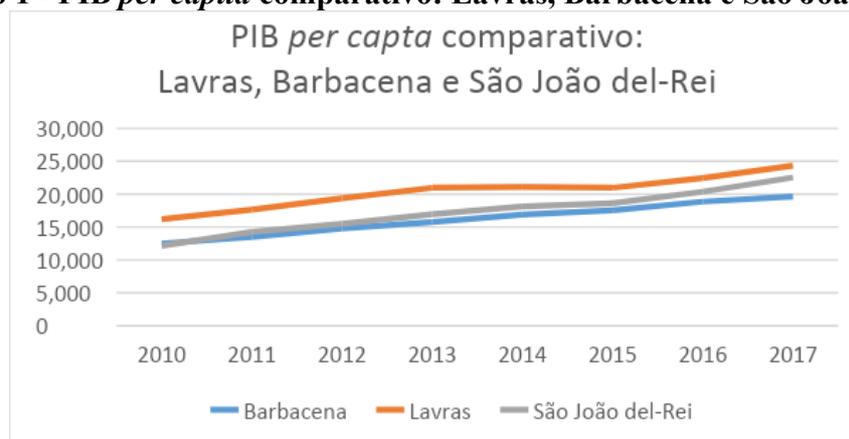
⁷ Essa pesquisa apresenta um quadro de referência da rede urbana brasileira. Traz importantes contribuições para os estudos urbanos no País, na medida em que “estabelece critérios para a qualificação das Cidades e das relações entre elas, revelando eixos de integração no território e padrões diferenciados de distribuição de centralidades urbanas” (IBGE, p. 9, 2020).

no mercado nacional de turismo histórico e cultural. A cidade se consolida na rede urbana como um centro de atração turística cultural, sediando inúmeros eventos (culturais, gastronômicos, religiosos etc.) nacionais e internacionais, atraindo forte contingente de pessoas.

Ao longo da primeira metade do século passado, vários fatores foram debilitando o papel polarizador que São João del-Rei exercia regionalmente. Pesquisas apontam que o município apresentou, nas décadas de 1950 e 1960, um pico de crescimento de sua população de 1,42% ao ano, taxa que, nas décadas seguintes, cairia para cerca de 1% ao ano (TÉSSIA e LOBO, 2011). A área de influência demográfica de São João del-Rei restringe-se aos pequenos municípios de seu entorno, para os quais cede e dos quais captura pequenos contingentes populacionais.

Quanto ao PIB *per capita*, os dados de 2017 apontam o município de Lavras apresentando o maior valor, R\$ 24.341,00, seguido de São João del-Rei, com R\$22.530,00, e Barbacena, com R\$19.631,00. São João del-Rei foi a cidade do Campo das Vertentes que apresentou crescimento mais expressivo do PIB *per capita* entre os anos de 2010 a 2017. Além disso, São João del-Rei apresentou maior crescimento, no período de 2010 a 2017, em todos os setores da economia, em comparação com as cidades de Barbacena e Lavras.

Gráfico 1 - PIB *per capita* comparativo: Lavras, Barbacena e São João del-Rei



Fonte: cidades.ibge.gov.br. Elaboração própria.

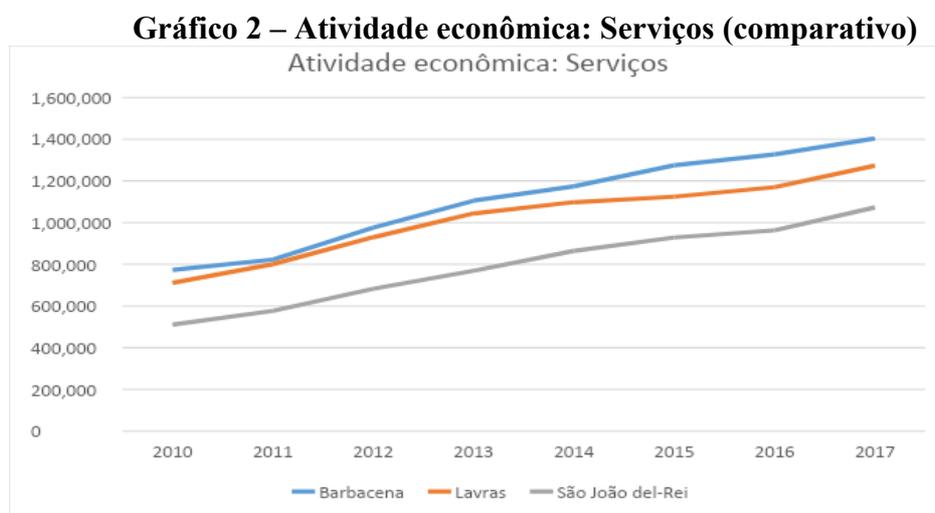
A partir dos dados disponibilizados pelo IBGE, podemos conjecturar algumas hipóteses para justificar esse aumento mais expressivo do PIB *per capita* de São João del-Rei. De início, a observação dos dados relativos à “Indústria” nos permite evidenciar a pouca participação do ramo na composição do PIB local. Um estudo sobre a desindustrialização brasileira e a perda de complexidade do setor aponta a mesorregião Campo das Vertentes como desindustrializada e com baixo índice de complexidade econômica (ALMEIDA, TOYOSHIMA e TEIXEIRA, 2019).

Já o setor de serviços aparece, assim como na maioria das cidades brasileiras, como o “carro-chefe” da economia da mesorregião Campo das Vertentes, representando, aproximadamente, 52% do valor total do PIB a preços correntes nos três maiores municípios da mesorregião Campo das Vertentes⁸. Essa porcentagem, muito provavelmente, indica a baixa influência do ramo industrial na região, visto que a

⁸ <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 12/10/2020

“Indústria” se configura como o setor que conseguiria, a partir de seu crescimento, diminuir a margem percentual do setor de serviços na totalidade do PIB⁹.

Os dados trazidos no Gráfico 2, abaixo, indicam uma curva de crescimento de ascensão mais acentuada para São João del-Rei, do que para as demais cidades. O setor de serviços cresceu 110% em São João del-Rei, no período que compreende os anos de 2010 a 2017, enquanto Barbacena e Lavras apresentaram aumento de 81,6% e 79%, respectivamente.



Fonte: cidades.ibge.gov.br. Elaboração própria.

Diante da dificuldade em promover um crescimento significativo dos setores da “Agricultura” e da “Indústria”, o aumento no PIB *per capita* em São João del-Rei ocorre, majoritariamente, pelos setores de “serviços” e “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”, o último ampliado devido aos investimentos feitos pelo governo federal no município, especificamente no setor de educação. Como esse investimento não é permanente e depende de fatores diversos para sua manutenção, isso implica em uma situação de dependência e insegurança do município, para continuar seu crescimento e conseguir se recuperar economicamente, no sentido de, ao menos, igualar seu PIB *per capita* à média nacional.

Acredita-se que o setor de turismo desenvolva uma influência sobre outros setores da economia no âmbito regional e inter-regional. Em São João del-Rei, particularmente, os efeitos de sua posição como destino de referência no segmento de turismo cultural e de estudos e intercâmbio provavelmente são percebidos no PIB do setor de “serviços” e no do setor “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”.

Compreender as perspectivas econômicas do município, as possibilidades de atratividade que consegue delinear e o tipo de competitividade regional na qual se insere constitui uma tarefa indispensável para pensar acerca das cidades médias e sua posição na rede urbana. Isso porque cidades de médio porte, com características similares às de São João del-Rei apresentam um cenário de escassas alternativas econômicas viáveis ao grande capital, seja pela baixa demanda apresentada pela população, seja pela pouca

⁹ Com o movimento de reprimarização da economia, não apenas a mesorregião das Vertentes, mas o Brasil, de modo geral, passou, principalmente a partir da metade da década de 1980, a apresentar redução na participação da indústria na economia, o que alguns autores têm indicado como um processo de desindustrialização precoce da economia brasileira (ALMEIDA, TOYOSHIMA e TEIXEIRA, 2019).

oferta de infraestruturas e redes de transporte (como rodovias e vias expressas, que facilitam o fluxo de pessoas e mercadorias).

São João del-Rei, inserido numa mesorregião situada à margem dos centros dinâmicos da acumulação de capital, encontra dificuldades para impulsionar o desenvolvimento de atividades no que Santos (1979) define como “circuito superior” da economia, irá, a partir dos anos 2000, buscar se destacar no cenário de competição entre cidades.

A ideia central de Santos (1979), ao desenvolver o tema dos dois circuitos da economia urbana, é apontar para o fato de que as cidades dos países subdesenvolvidos não funcionam como um bloco, mas, ao contrário, constituem um aglomerado complexo de práticas, envolvido pela existência de dois subsistemas, dois circuitos econômicos, o superior e o inferior:

Um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente, ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas (Idem, p. 29).

De acordo com (SANTOS, 1979), a principal diferença entre as atividades dos dois circuitos está na tecnologia e organização que empregam. A tecnologia do “circuito superior” é importada e de alto nível, enquanto a do “circuito inferior” é local, ou localmente adaptada (p.33). As atividades do “circuito superior” contam com amparo do financiamento público e “as atividades realizadas localmente vão se integrar numa outra cidade de nível superior, no país, ou no exterior” (p. 37).

Com base nas análises aqui apresentadas, é possível afirmar que São João del-Rei concentra, hoje, a maior parte de suas atividades econômicas no chamado “circuito inferior”. As condições históricas do crescimento urbano e do desenvolvimento econômico urbano-regional conduziram a cidade a esse quadro. Como poderemos observar adiante, a elite empreendedora local, no contexto atual de globalização, vem, desde o início do século corrente, promovendo esforços no sentido de se articular com elites que atuam para além da esfera regional e mobilizar capital, conhecimento e influência, na tentativa de possibilitar o crescimento local de atividades vinculadas ao “circuito superior”.

Apesar do antagonismo aparente entre as situações de desenvolvimento apresentadas pelos dois modelos de circuito, e de o “circuito inferior” estabelecer uma relação de dependência em relação ao superior, não há dualismo entre ambos: “os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e estão interligados” (SANTOS, 1979, p.43). Do mesmo modo, a oposição entre tradição e inovação, entre primitivo e moderno parece ter sido superada. “Na realidade, o que se chamava há três décadas o ‘tradicional’, deixou de sê-lo no momento em que toda a vida da sociedade foi subvertida pelos elementos revolucionários, como a revolução do consumo” (LACOSTE, 1966, p. 66 *apud* SANTOS, 1979, p. 41).

Será, exatamente, na aposta em uma miragem estratégica da junção entre o “arcaico” e o “moderno”, o “barroco” e a “vanguarda”, que, a partir dos anos 2000, São João del-Rei buscará, mais intensamente, se diferenciar, apresentar predicados e convencer investidores de seu potencial econômico, principalmente no âmbito do turismo e da preservação cultural e patrimonial.

3. “Desgovernamentalização do Estado” e empreendedorismo urbano: uma proposta de mercadorização para São João del-Rei

A apresentação esquemática da história econômica de São João del-Rei, de suas características mais recentes e da modalidade de inserção do município em sua região de pertencimento ajudam a compreender os esforços recentemente encetados pelas elites locais com o fim de promover o desenvolvimento econômico mediante a conversão da cidade em mercadoria vendável nos circuitos nacionais e internacionais de turismo. Na esteira da desgovernamentalização do Estado nacional promovida pelo processo de mundialização da acumulação de capital, recrudescem as disputas interlocais marcadas pelas “guerras” fiscais, ambientais etc.

Com efeito, enfatizando os impactos desagregadores dos processos de mundialização do capital sobre o modo de regulação fordista (CHESNAY, 1996), ou apontando o colapso das possibilidades sistêmicas de expansão da massa de valor apropriável e, logo, do financiamento da reprodução das condições gerais de regulação dessa expansão, vários estudos diagnosticam uma “crise secular da regulação estatal-política” (KURZ, 1997), que, para o que aqui nos interessa, se expressa numa drástica redução do controle do Estado nacional sobre os territórios, *vis-à-vis* a internacionalização dos mercados (HIRST e THOMPSON, 1998: 264 ss.). Tratar-se-ia de um processo que Henri Acelrad designa pela noção foucaultiana de “desgovernamentalização do Estado” (ACSELRAD, 2006: 19). Nas palavras de Acelrad, estaria em curso um “redesenho da esfera política”, na medida em que

“os Estados nacionais passaram, a partir dos anos 1980, a ser representados cada vez menos como fronteiras defensivas de proteção de territórios politicamente delimitados, passando a ser vistos progressivamente como plataformas ofensivas para a economia mundial... Mecanismos supranacionais... concorreram para uma relativa deslegitimação dos Estados nacionais... No âmbito das políticas públicas... substituiu-se a política operada em escalas abrangentes pelos procedimentos técnicos acionados em escalas locais e fragmentárias”. (ACSELRAD, 2006: 15).

Na semiperiferia da economia-mundo, seguindo a argumentação do autor, o “desmonte do Estado planejador”, nacional-desenvolvimentista, se faz acompanhar pela adjudicação de funções estatais regulatórias a agentes privados¹⁰, agora tornados “parceiros” no “empreendimento” de operar a “boa governança” dos territórios, assegurando a vigência de estabilidade econômica e político-institucional de que necessitam os capitais mundializados. Novas “tecnologias sociais”, entre as quais se incluem (e com as quais se articulam) as ações de “empreendedorismo urbano” emergem como instrumentos de gestão dos territórios.

Esse processo de “desgovernamentalização” do Estado (em âmbitos federal e estadual) corresponde à instauração de uma acirrada competição interterritorial e interlocal. Nesse contexto, as ações de empreendedorismo urbano objetivam reconfigurar material e simbolicamente os territórios citadinos de forma a torná-los seguros e atraentes a capitais forâneos, investimentos públicos e gastos de consumo. Como estratégias de “governança”, tais ações implicam a urdidura de complexas alianças

¹⁰ Uma excelente discussão dos processos contemporâneos de privatização e anulação da política no Brasil é encontrada em Oliveira (1999).

entre capitais privados e atores da “sociedade civil” local, nas quais “o governo e a administração urbana desempenham apenas papel facilitador e coordenador” (HARVEY, 2005-b, p.171), além, é claro, de assumirem pelo menos parte dos riscos implicados na estratégia de “colocar as cidades no novo mapa do mundo” (SÁNCHEZ, 2003), isto é, de converter o território urbano numa “mercadoria a ser vendida num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda” (VAINER, 2000, p. 78). A ideologia do empreendedorismo urbano propugna, então, que os “atores relevantes locais” deixem de esperar pelas políticas públicas e de planejamento do Estado (nacional e estadual) e constituam a cidade como agente-mercadoria diretamente inscrito no mercado global.

No início da década de 1990, na célebre reconfiguração material e simbólica de Barcelona, esses princípios e práticas seriam apropriados, desenvolvidos e convertidos em “modelo de planejamento. O chamado “modelo catalão”, denominado “planejamento estratégico”, também inspirou processos de reconfiguração urbana em muitas cidades europeias, como Bilbao, Lisboa, Paris, Londres e Berlim. Esse modelo “tem sido exportado hoje para todo o mundo e muito especialmente para a América Latina” (ARANTES, 2000, p.51). Como salienta Carlos Vainer, “impressiona o número de cidades que, no Brasil, e na América Latina em geral, vêm contratando serviços de consultoria dos catalães e seus discípulos, ou utilizando seus ensinamentos” (VAINER, 2000, p. 77). Entre essas cidades, como veremos, está São João del-Rei.

No contexto da atual fase do desenvolvimento capitalista, o imperativo da espacialização da acumulação coloca aos representantes do capital e aos gestores urbanos o desafio de inserir as cidades na lógica do empreendedorismo urbano. Seguindo essa racionalidade, buscando as singularidades herdadas pela configuração histórica do território urbano e dadas as possibilidades que a posição relativa de São João del-Rei no “mercado mundial de cidades” pode oferecer, as elites econômicas e políticas locais empreenderam esforços no sentido de promover uma reconfiguração material e simbólica do território urbano sanjoanense.

O empreendedorismo urbano abrange um conjunto de estratégias de rentabilização do território¹¹ cujo grau de aplicabilidade e cujas combinações dependem das singularidades de cada situação, isto é, da configuração territorial pré-existente e dos atores locais e suas relações de força. “Vender” São João del-Rei é, sem dúvida, uma tarefa bastante distinta de “vender”, por exemplo, as cidades do Rio de Janeiro ou Londres. Por isso, foi construída, na ocasião, uma rede de cidades “históricas” mineiras, como estratégia de potencializar as chances de sucesso de cada uma delas nos mercados turísticos, nas escalas regional, nacional e mundial (CARNEIRO, LEITE e TAVARES, 2010).

Para o caso de São João del-Rei, os consultores catalães propuseram, e tentaram, a constituição de um *cluster* de cidades “históricas” mineiras, como estratégia de potencializar, por sinergia, as chances de sucesso de cada uma delas nos mercados turísticos, nas escalas regional, nacional e mundial. Esse *cluster*, articulado pelo projeto Estrada Real, também ele concebido nas pranchetas de uma consultoria catalã, visa a criar um roteiro turístico pelos caminhos antigos que levavam do interior de Minas à cidade do Rio de Janeiro, essa última concebida como “nó da rede internacional de cidades” (ARANTES, 2000, p. 20). Assim, cada cidade do *cluster*, como São João del-Rei, poderia

¹¹ Harvey aponta como exemplos dessas estratégias “a exploração de vantagens específicas para a produção de bens e serviços”, a busca pela melhoria da posição relativa da cidade na “divisão espacial do consumo”, o estímulo ao desenvolvimento de “atividades de controle e comando referentes às altas finanças, ao governo, à coleta de informações e ao seu processamento” e o incremento de “vantagem competitiva com respeito à redistribuição de superávits através dos governos centrais” (HARVEY, 2005-b: 174-178).

ser inserida no mercado mundial de turismo. É o que se vê na fala da coordenadora do núcleo da Estrada Real em São João del-Rei:

Nós estamos com esse projeto exatamente para organizar essa rede dos acordos locais...um novo modelo de negócio em rede; dotar a rede [da] capacidade de desenvolver negócios e entrar na competição global... o turismo, ele é muito competitivo... Se não tiver uma estratégia forte de comercialização, atingindo esses canais de distribuição, realmente a gente não vai conseguir vender a Estrada Real... a rede vai fazer o elo de ligação entre o mercado receptivo, que é o nosso Estrada Real... e o mercado emissor, ou seja, o Brasil e o mundo...você faz um pacote turístico, você tem que saber qual é o seu público... pacotes segmentados, com análise de distribuição... nós vamos trabalhar com eles [operadores de agências internacionais de turismo] de forma integrada, para que eles já possam, na hora que chegar um cliente lá na Europa, ele já tenha aí todas as informações da “Estrada Real” e ali mesmo ele já possa tá fazendo a reserva e já tá fechando todo o pacote... queremos pegar realmente todo o mundo... vamos trabalhar com as operadoras... vamos atingir o mercado internacional¹² (CARNEIRO, E., LEITE, D. e TAVARES, D., 2010, p. 420).

Para além do estabelecimento de parcerias público-privadas, o êxito de uma cidade no mercado mundial, sua inserção competitiva, depende, entre outros fatores, de um trabalho de “marketing urbano” que consiga elaborar *uma marca que singularize a cidade*, permitindo a exploração de um “nicho estratégico” (ARANTES, 2000, p. 56.). Nesse sentido, assistiu-se, na segunda metade dos anos 2000, a uma tentativa de reconfigurar material e simbolicamente o território urbano sanjoanense como um local que comporta, de um lado, a preservação de um patrimônio arquitetônico e cultural ligado ao passado e, de outro, a incorporação, ao território, de equipamentos e serviços urbanos modernos que permitem a realização de negócios e a presença de uma vida própria em meio à paisagem urbana barroca. Buscou-se, assim, a construção da imagem de uma cidade histórica mineira distinta de suas semelhantes¹³, componentes do *cluster* (como a vizinha Tiradentes, pejorativamente chamada de “cidade-museu”) (CARNEIRO, LEITE e TAVARES, 2010).

O marketing urbano em São João del-Rei buscou, ainda, associar a marca da “cidade barroca/tradicional-moderna/progressista às práticas culturais tomadas como ícones das tradições locais” (CARNEIRO, LEITE e TAVARES, 2010, p. 422). Esse recurso ao enaltecimento da história, das tradições e do patrimônio arquitetônico e cultural da cidade é, também, parte do planejamento estratégico. Esses componentes, presentes na história de São João del-Rei, convertem-se em vantagens simbólicas facilitadoras da construção do “patriotismo da cidade”, um dos elementos necessários para o sucesso da cidade no mercado competitivo.

¹² Denise Nicolini, coordenadora do Núcleo da Estrada Real em São João del-Rei, em palestra intitulada “Rede de micro e pequenas empresas turísticas da Estrada Real na região de São João del-Rei”, ministrada por ocasião do Encontro do Projeto Estrada Real, realizado em 10 de setembro de 2007, em São João del-Rei.

¹³ “A estratégia de construção da ‘marca’ de São João del-Rei, como ‘cidade histórica-moderna’ deve-se, evidentemente, em grande parte, não exatamente ao apreço das elites locais pela fórmula em si, e sim à adequação de seu projeto de reconfiguração do território à configuração territorial herdada: em São João del-Rei, ao contrário do que ocorreu em Tiradentes e Ouro Preto, o território urbano não exibe um amplo conjunto arquitetônico barroco preservado, tendo sido, ao longo do século XX e atualmente, incrustado de um sem-número de intervenções, demolições de casarios e construção de prédios de linhas e estilos modernos” (CARNEIRO, LEITE E TAVARES, 2010 p. 435).

Desse modo, as ações de empreendedorismo urbano que se desenvolvem em São João del-Rei a partir da segunda metade da década de 2000 estão inseridas em um projeto de planejamento estratégico no qual tais operações, associadas à “promoção do orgulho pelas tradições locais são apresentados, pelas elites locais, como a única via de superação objetiva e subjetiva da ‘maldição’ da estagnação econômica que se abateu sobre a cidade” (CARNEIRO, LEITE e TAVARES, 2010, p. 424).

Segundo Leite e Carneiro (2008), para fomentar o consenso em torno da dessa proposta de crescimento econômico pautada no turismo, foi implementada uma massiva campanha publicitária, veiculada através de peças publicitárias na TV, em jornais de grande circulação de capitais brasileiras, além dos jornais e estações de rádio locais. Entretanto, será, a obtenção, por São João del-Rei, do título de Capital Brasileira da Cultura, no ano de 2007, a mais significativa conquista para a cidade em seu propósito de mercadorização da “tradição” (com seus efeitos simultâneos de fortalecimento de uma marca competitiva capaz de catalisar a venda da cidade no mercado global).

A vitória de São João del-Rei foi fruto de uma estratégia de articulação empreendida por promotores culturais, empresários e políticos com interesses locais. Em entrevista o então Coordenador Regional da Secretaria de Estado da Cultura, promotor cultural e idealizador da CBC-2007 pontuou:

O principal que pesou foi o envolvimento de várias instituições, entidades e pessoas físicas também com o título. Então, nós levamos dentro dessa caixa um livro com vários ofícios e declarações de autoridades de Minas Gerais apoiando São João del-Rei. Então, nós tínhamos desde o governador Aécio Neves, falando que se sentiria muito orgulhoso e honrado se São João del-Rei ganhasse esse título, porque é uma cidade que representa o Estado muito bem, passando pelo Ministério da Fazenda, que mandou as coisas contando a História, (TAVARES e CARNEIRO, 2008, p. 26).

Em torno desse título, foram criadas grandes expectativas por parte da elite local e do poder público municipal na crença do mesmo como catalisador do desenvolvimento econômico da região, com a promessa de aumento de captação de recursos públicos e ampliação da arrecadação fiscal.

O discurso de aclamação das tradições e manifestações culturais e artísticas locais não chegou, entretanto, à população periférica ou aos grupos religiosos e artísticos, rurais ou urbanos, de origem popular. Dada a forte influência da Igreja Católica na cidade – que se faz, principalmente, por meio de Irmandades bastante conservadoras, cuja atuação remonta ao século XVIII - e a prudente resignação das elites locais e políticas, foram incluídas no calendário oficial da programação comemorativa ao prêmio de “Capital Brasileira da Cultura” apenas expressões artísticas e culturais “oficiais”. Manifestações populares foram mobilizadas apenas como recurso à mercadorização, ou, seja, como exemplificação da legitimidade da tradição a ser vendida.

O sentido desses investimentos em revitalização não deixa dúvidas: “recuperar prédios e gentrificar determinadas áreas do centro histórico para torná-las adequadas ao desempenho do papel de ícones da ‘cultura’ e da ‘história’ que se pretende vender” (CARNEIRO, LEITE e TAVARES, 2010, p. 427).

Como aponta Arantes (2000) “o planejamento dito estratégico pode não ser mais do que um outro eufemismo para *gentrification* (p. 31). Isso porque, a necessidade de se tornar os lugares mais agradáveis, de realizar uma “despoluição visual”, de enaltecer os

imóveis de valor arquitetônico, cultural e histórico e, ao cabo, de controlar o uso do espaço, selecionando seus frequentadores está diretamente vinculada à necessidade de se esvaziar os lugares para direcionar seu uso a atividades mais rentáveis para o projeto de acumulação.

Mesmo com todos os esforços das elites e de atores de relevância política local, regional e nacional, São João del-Rei não realizou as expectativas de tornar-se altamente competitiva no mercado turístico de cidades, ou ainda *locus* para a realização de modernos e sofisticados negócios. O *marketing* associando “progresso e passado/moderno e barroco” não foi o suficiente para superar a estagnação econômica.

A ampla divulgação da ideologia do planejamento estratégico como instrumento possível para cidades como São João del-Rei (uma cidade média, referência comercial e de serviços de uma região economicamente deprimida), nos parece mais uma estratégia para venda de consultorias e oferta de limitados ganhos para elites e atores políticos locais - por meio de captação de recursos públicos e autopromoção. Isso porque a realização de megaempreendimentos de articulação público/privada, com amplo potencial lucrativo e de transformação espacial, para uma cidade como São João del-Rei, está aquém das possibilidades reais de execução, dada a sua localização relativa, as interações espaciais de que participa e as funções que assume na rede de cidades:

Desse modo, parecem-nos notórios os motivos pelos quais as propostas de planejamento estratégico, como a que se tentou implementar em São João del-Rei em meados dos anos 2000, não tenham conseguido alcançar exatamente os resultados pretendidos, apesar da vontade e articulação do poder local. Sem dúvidas, o contexto regional e sua inserção na macroeconomia influí fortemente na expressão do projeto possível para as cidades.

4. Considerações finais

O desenvolvimento de cidades médias e as possibilidades de elaboração de políticas de planejamento urbano e regional estão diretamente relacionados ao contexto da moderna rede urbana. No Brasil, a preocupação com a planificação urbano-regional ganha força na década de 1970, com a criação de um sistema de planejamento que buscava incluir a dimensão espacial nas políticas governamentais (CORRÊA, 2007).

A evolução da rede de cidades das regiões Sudeste e Sul que se percebe a partir da década de 1970 não comprova, entretanto, uma associação direta entre o desenvolvimento econômico e o formato da redes de cidades nacionais, do mesmo modo que não permite afirmar que o estabelecimento de centros intermediários vem sendo resultado de políticas de Estado específicas, principalmente tendo em vista que “o desenvolvimento das regiões pobres seria baseado não na transferência de capital para lá, mas na exploração de seus recursos abundantes: terra e mão-de-obra barata” (ANDRADE E SERRA, 2001, p.14).

Para Corrêa (2007), o interesse governamental no desenvolvimento de um planejamento urbano-regional com vistas à diminuição das desigualdades regionais e do crescimento econômico não passou de uma retórica, esvaziada nos anos 1980. Andrade e Serra (2001) indicam que,

Já na década de 80, o que se viu, no caso brasileiro, foi um arrefecimento generalizado da política estatal de caráter regional, sobretudo macrorregional, reflexo da priorização governamental de políticas macroeconômicas voltadas para a estabilidade monetária; da

crise fiscal que minou a disponibilidade de recursos públicos; e do arrefecimento dos deslocamentos populacionais inter-regionais, que contribuiu para reduzir o caráter emergencial das políticas de desenvolvimento regional, pelo menos quanto aos seus objetivos de contenção dos fluxos migratórios em direção aos grandes centros urbanos nacionais (Idem, p. 21).

Na década de 1990, com a instituição do paradigma da globalização, o tema das cidades médias volta a ocupar a cena político-econômica. No contexto da reestruturação produtiva, realizada em um ambiente econômico de maior abertura comercial, e inserida num cenário político de profundas alterações na função estatal, a organização espacial aparece como uma disposição relevante para o processo de acumulação. As cidades médias aparecem, nesse quadro, vinculadas principalmente ao campo científico e tecnológico, associadas ao conceito de tecnópole (ANDRADE e SERRA, 2001).

A despeito das tentativas estatais de orientação da reestruturação urbana e planificação regional para além dos grandes centros (urbanos ou regionais) de acumulação, o que se percebe é a ainda quase que ausência de propostas de políticas de planejamento regional e urbano que levem em conta as especificidades das cidades pequenas e médias e suas necessidades econômicas.

Desse modo, cientes da gama reduzida de atividades econômicas que têm potencial de desenvolver, tais cidades tendem a se especializar em um ramo específico, buscando a construção de uma identidade local, que permita se diferenciar das concorrentes de mesmo porte e, assim, atrair investimentos públicos e privados. São João del-Rei tem se dedicado a atrair recursos públicos de educação e cultura e disputado com Barbacena e Lavras a implementação de capital privado tanto por parte das indústrias, e, nos dias atuais, muito fortemente, por parte de plataformas de consumo, como shopping centers, grandes lojas de departamento, redes de supermercados e hipermercados varejistas e atacadistas¹⁴.

Estudos realizados sobre o assunto sugerem que a chegada desse tipo de comércio ampliado e diversificado, típico de grandes cidades e metrópoles, às cidades pequenas e médias influi fortemente nas relações intraurbanas, redefinindo padrões de consumo, produção, moradia e serviços, alterando a estrutura interna das cidades e promovendo a formação de novas áreas de centralidade (MATUSHIMA e GOMES, 2018, SPÓSITO, 2007).

Com uma economia pouco dinâmica, São João del-Rei cresce, demográfica e espacialmente, de maneira lenta e sem sobressaltos. De maneira divergente do que se passa nas metrópoles, grandes cidades ou municípios receptores de grandes projetos de “desenvolvimento”, a ausência de eventos propulsores da acumulação de capital colabora para a baixa frequência da imigração interurbana e para o ritmo vagaroso das transformações espaciais.

Movimentos de reestruturação dos espaços urbanos aparecem de maneira mais evidente nas metrópoles ou cidades que vivenciam mudanças drásticas nos rumos das práticas econômicas e espaciais por elas desenvolvidas. De acordo com Soja (1993), a espacialidade concreta do capitalismo, na qual se inserem as diferentes modalidades de elaboração do urbano, consiste num processo contínuo, que requer continuamente o

¹⁴ Esta se apresenta como uma tendência recente, mas, aparentemente, estável. Nos últimos anos tem sido possível presenciar o aumento da implementação do mercado varejista e atacadista nas cidades médias da mesorregião. Além da ampla instalação de redes de supermercados e hipermercados, foi inaugurado, em 2018, o “Shopping Regional das Vertentes”, localizado na BR040, em Barbacena.

estabelecimento de práticas sociais que visem tanto a manutenção e reforço da espacialidade existente, quanto uma reestruturação ou revolução da mesma.

As últimas duas décadas foram bastante significativas da lógica de acumulação de capital que orienta a economia e, conseqüentemente, os processos de reestruturação urbana e regional no Brasil. As transformações vivenciadas em função dos megaeventos ocorridos no país, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, assim como a instalação de grandes projetos econômicos de desenvolvimento, como a construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, a partir do ano de 2011 no estado do Pará, são exemplos das práticas de planificação urbana e regional que monopolizam os interesses públicos e privados.

A despeito de os municípios com até 100.000 habitantes representarem 94% do total de municípios brasileiros, cerca de 45% da população total e 30% do PIB¹⁵, os estudos urbanos tendem a se concentrar nas metrópoles e regiões metropolitanas. Também os dados oficiais, produzidos pelos municípios ou governos estaduais e federal, são mais escassos para essas cidades. Desse modo, também a pesquisa urbana a partir de cidades médias ou pequenas consiste em um trabalho desafiador.

Na medida em que essas cidades são parte significativa do contexto urbano brasileiro e apresentam dinâmicas sociais e econômicas específicas e, muitas vezes, distintas das observadas nas metrópoles e grandes cidades, acredita-se que a pesquisa urbana nessa categoria demanda metodologias de pesquisa ajustadas para o seu contexto e reflexões elaboradas a partir de outros parâmetros que não os postos para as grandes cidades. Bonduki (PODCAST Urbanidades, 2021) pondera sobre a predominância de estudos urbanos relativos a metrópoles e grandes cidades, com a conseqüente exportação de teorias e métodos para situações urbanas não equiparáveis e os desajustes produzidos. O autor atenta, ainda, para a importância de estudos focalizados e bem estruturados a partir de suas realidades empíricas para a elaboração de políticas públicas eficientes.

Tendo em conta o contexto atual de maior democratização no acesso às tecnologias de informação e a recente capilarização do ensino superior no Brasil - por meio, principalmente, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) - parece razoável considerar que vivemos um momento oportuno para o desafio que aqui propomos, qual seja, o desenvolvimento de debates sobre as cidades brasileiras que atendam às diferentes realidades de urbano que experienciamos, a construção de pesquisas dialógicas e de redes de pesquisadores que contemplem estudos urbanos regionais e metropolitanos.

5. Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri (2006), "Território, localismo e política de escalas", in: ACSELRAD, Henri et al. *Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local*, Rio de Janeiro: Garamond.

ALMEIDA, TOYOSHIMA e TEIXEIRA. Indústria e complexidade econômica: uma análise das mesorregiões brasileiras. *Anais do 18º Seminário de Diamantina*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. 2019.

¹⁵ <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 02/11/2021

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R. Os Limiares Demográficos na Caracterização das Cidades Médias. *Anais do 13º Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Ouro Preto, 2002.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, p. 69-87, 2007.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel; CAMPOS, Jarvis. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. *Revista RA'E GA*, UFPR, Curitiba, n. 13, p. 7-18, 2007.

ANDRADE, T.A.; SERRA, R.V. *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori, Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília et al., *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, Petrópolis: Vozes, pp. 11-74. 2000.

BARBOSA, W. de A. (1979), *História de Minas*, Belo Horizonte: Ed. Comunicação.

CARNEIRO, Eder J. *Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais*, tese de doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG, Belo Horizonte, 2003.

CARNEIRO, Eder J., LEITE, Dayse S. e TAVARES, Denis, P. Conflitos ambientais, construção de territórios urbanos e estratégias de empresariamento urbano da Capital Brasileira da Cultura. In: ZHOUIR, Andréa e LASCHEFSKI, Klemens (Org). *Desenvolvimento e Conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CHESNAIS, François (1996), *A mundialização do capital*, São Paulo: Xamã.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, p. 23-34, 2007.

COTA, Daniela Abritta e DIÓRIO, Ana Carolina Dias. Cidade intermediária e rede urbana: o caso de São João del-Rei (MG). *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v.21, n.28, 1º sem. p. 66-85, 2014.

COTA, Daniela Abritta e DIÓRIO, Ana Carolina Dias. Crescimento urbano na “pequena-média” São João Del Rei, MG: notas preliminares de uma pesquisa. *Anais do XII Seminário Internacional RedIberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio* (RII). Belo Horizonte/MG, 2012.

DINIZ, C. C. (1981), *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*, Belo Horizonte: Editora da UFMG.

DINIZ, C. C. (2002), “O paradoxo mineiro: fortalecimento econômico e enfraquecimento político”, in: *20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira – 1982-1002: coletânea de trabalhos, 1982-2000*, Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR, v. 3, pp. 23-43.

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*, Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

DULCI, O. S. (2002), “Minas Gerais: o processo político recente”, in: *20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira – 1982-1002: coletânea de trabalhos, 1982-2000*, Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR, v. 3, pp. 45-53.

DULCI, O. S. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

FIGUEIREDO, A. T. L. e DINIZ, C. C. (2000), “Distribuição regional da indústria mineira”, in: *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 10, n.2, pp. 39-67.

GAIO SOBRINHO, Antônio. *História do comércio em São João del-Rei*, São João del-Rei: ed. Indep, 1997.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*, São Paulo: Annablume. 2002.

HARVEY, David (2005-a), “A geopolítica do capitalismo”, in: HARVEY, David, *A produção capitalista do espaço*, São Paulo: Annablume (coleção Geografia e Adjacências), pp. 127-162.

HARVEY, David (2005-b), “Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio”, in: HARVEY, D., *A produção capitalista do espaço*, São Paulo: Annablume (coleção Geografia e Adjacências), pp. 163-190.

HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame (1998), *Globalização em questão*, Petrópolis: Vozes.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Regiões de Influência das Cidades: 2007/IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 201p., 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Regiões de Influência das Cidades: 2018/IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 192 p., 2020.

KURZ, R. (1997-a), “A falta de autonomia do Estado e os limites da política”, in: KURZ, R., *Os últimos combates*, Petrópolis: Vozes, p. 91-115.

LEITE, Dayse S., CARNEIRO, Eder J. O barroco nas asas da modernidade - competição interlocal e articulação de elites na cidade mineira de São João del-Rei: aeroporto, *shopping center* e “revitalização” do centro histórico. Relatório Final de Pesquisa. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/Cnpq), Universidade Federal de São João del-Rei. 2008.

LIBBY, D. C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*, São Paulo: Brasiliense. 1988.

LINS, S. E. B. (1997), “A sustentabilidade econômica e ambiental: o caso da bacia do rio Piracicaba”, in: *Seminário sobre Economia Mineira*, Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR.

MATUSHIMA, Marcos Kazuo e GOMES Maria Terezinha Serafim. A dinâmica da produção do espaço urbano em cidades médias: um estudo a partir da atuação do setor varejista em Uberaba-MG. *Anais XIX Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa, 2018.

OLIVEIRA, S. F. de (1995), “A nova industrialização mineira”, in: *Ícone*, v. 3., n. 2, jul./dez.

PODCAST Urbanidades: Balanço da pesquisa urbana no Brasil: percursos e novos horizontes. Entrevistados: Brodwyn Fisher, Eduardo Marques, Nabil Bonduki e Neiva Vieira. Mediação de Bianca Freire-Medeiros. Centro de Estudos da Metrópole. 27 julho. 2021. Podcast. Disponível em <https://open.spotify.com/episode/1RJzopG0grFsXjcukQOjkh>. Acesso em: 02/11/2021.

SÁNCHEZ, Fernanda (2003), *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*, Chapecó: Argos.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar. 1993.

TAVARES, Denis, P., CARNEIRO, Eder J. O plano diretor e a Capital Brasileira da Cultura 2007: estratégias de consenso e empreendedorismo urbano em São João Del-Rei/MG. Relatório Final de Pesquisa. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/Cnpq), Universidade Federal de São João del-Rei. 2008.

TÉSSIA, Jadna e LOBO, Carlos. Dinâmica migratória na região de influência de São João Del-Rei: os fluxos e a organização do espaço regional. *VII Encontro Nacional Sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais*, Curitiba, outubro de 2011.

VAINER, Carlos B. (2000), “Pátria, empresa e mercadoria”, in: ARANTES, Otília et al., *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, Petrópolis: Vozes, pp. 75-103.